

---

## Os reflexos da imprensa na Reforma Protestante e seus efeitos sobre a crítica popular europeia ao clero

FLORENTINO, Luiz Felipe<sup>1</sup>; SILVA, Hudson Louback Coutinho da<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é abordar o surgimento da imprensa no século XV enquanto um fato que marcou a Modernidade e auxiliou sua definição, assim como lançou bases concretas que resultaram em diversos desdobramentos que nos ajudam a compreender melhor o período. Para tanto serão analisadas a produção literária anterior a este invento e a relação entre o surgimento da imprensa e seu desenvolvimento entre os séculos XV e XVI, pois foram essenciais para o amparo das ideias da Reforma Protestante, auxiliando-a em sua disseminação por todo continente europeu, bem como seu desdobramento influenciou a crítica popular europeia direcionada ao clero, que pôde ser aprofundada, num momento em que a postura da Igreja surpreendia negativamente cada vez mais a população.

**Palavras-chave:** Bíblia; Escrita; Idade Média; Idade Moderna; Igreja.

## Los reflejos de la prensa en la Reforma Protestante y sus efectos sobre la crítica popular europea al clero

**Resumen:** El objetivo del siguiente trabajo es abordar el surgimiento de la Prensa en el siglo XV como un factor que ha marcado y ayudado su definición, así como ha lanzado las bases concretas que han resultado en varios desdoblamientos que nos ayudan a entender mejor el período. Para tanto será analizada la producción literaria anterior a esta invención, la relación entre el surgimiento de la prensa y su desarrollo entre los siglos XV al XVI, siendo esencial para el apoyo de las ideas de la reforma protestante, ayudando a en su diseminación por todo el continente europeo, así como la manera de su desdoblamiento influencio la crítica popular europea direcionada al clero, que pudo ser aprofundada, en un momento en que el comportamiento de la iglesia sorprendia negativamente cada vez más la población.

**Palabras-clave:** Biblia; Escritura; Edad Media; Edad Moderna; Iglesia.

## INTRODUÇÃO

O século XV, além de simbolizar o divisor de águas entre a Idade Média e a Idade Moderna, foi também palco de diversas transformações nos mais variados setores da sociedade, abarcando principalmente os campos políticos e religiosos. Contudo para entendermos melhor o significado destas transformações é necessário ter em mente o contexto e através de quais meios estas mudanças ocorreram. Um século repleto de avanços científicos e tecnológicos, que contrastavam com as péssimas condições de vida de grande parte da população europeia, sem dúvida

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: l.f.florentino@outlook.com

<sup>2</sup> Acadêmico do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: hud.louback@hotmail.com

ajudou a fomentar o ambiente propício para grandes mudanças sociais, principalmente mudanças na postura do povo, que estavam praticamente às margens das melhorias, em relação às estruturas opressoras já a muito arraigadas e ainda presente em seu tempo.

Para melhor compreendermos este período de mudanças é necessário olhar para um passado ainda mais distante, com a finalidade de contrastar melhor as diferenças sociais em diferentes momentos. Aqui analisaremos as relações entre o surgimento da imprensa neste contexto e quais as suas possíveis implicações no caráter crítico-religioso da população europeia, no entanto para ter êxito nesta análise é necessário avaliar as particularidades da produção de conhecimento durante a era medieval, anteriormente a imprensa, levando em conta a forte atuação da Igreja Católica no meio intelectual neste momento histórico, para podermos perceber com maior clareza o que este invento realmente significou e possibilitou, neste período de profundas transformações.

No entanto, para podermos melhor relacionar o surgimento da imprensa com uma postura crítica emergente no povo europeu, não nos limitaremos ao significado atribuído de imediato a esta invenção na concepção das camadas populares, mas sim numa perspectiva de longo prazo, avaliando além das particularidades da sua origem e utilização, também a forma como se desenvolveu, procurando esclarecer as bases estabelecidas entre a imprensa e a Reforma Protestante e as implicações que resultaram desta relação, assim como também a sua difusão e singularidades. Assim levaremos em conta a diversidade dos temas dos textos impressos nas oficinas e a diversidade do público alvo, entretanto sem perder o foco na perspectiva popular e as formas como eram estabelecidos os contatos entre o povo e os textos e imagens impressas.

Dessa forma, o contato do povo com os conteúdos impressos será explorado de forma que deixe explícitas as particularidades deste processo, mesmo sendo de diminutas dimensões, analisando as consequências que tiveram por origem esta relação, as suas projeções no senso crítico-religioso popular, levando em conta, todavia, o contexto que favorecia esta expressão. Sendo assim, acreditamos ser possível compreender o aprofundamento da crítica popular ao clero no século XV, analisando a forma com que o povo entrava em contato com as ideias, que puderam ingressar em circulação através dos textos impressos, bem

---

como a forma que lhes atribuíam por meio de suas releituras e interpretações agora possíveis.

### **A PALAVRA ESCRITA NA IDADE MÉDIA**

Para compreendermos melhor o contexto que envolve o povo e a palavra escrita ainda no medievo, podemos analisar a formação do Reino Visigodo na Península Ibérica por volta do século V e a forma como esta relação se desenvolveu em seus domínios. Com a delegação da administração de postos de comando nas cidades aos bispos, característica marcante do período medieval no ocidente europeu, o corpo eclesiástico pôde cada vez mais apoderar-se dos instrumentos educacionais. No caso da Península Ibérica visigótica:

No domínio da educação, como na administração, os quadros eclesiásticos haviam, a pouco e pouco, substituído os poderes públicos e laicos no decorrer dos séculos IV e V, e as escolas paroquiais e episcopais haviam substituído as escolas municipais (RUCQUOI, 1995, p. 46).

Este espaço que foi galgado aos poucos na educação, representa não mais que um espaço estratégico junto ao povo, tendo como principais objetivos o combate das heresias e o controle de uma educação, cuja característica marcante seria a grande carga de preceitos religiosos.

A Igreja possuía, além disso, um interesse imediato no controle do ensino para lutar contra as heresias: <<A ignorância – dirá Isidoro de Sevilha no VI Concílio de Toledo em 633 – é a mãe de todos os erros>> Partindo do princípio, afirmado em 589 em Narbona aquando de um concílio provincial, de que só se pode instruir o povo por meio da leitura, as escolas paroquiais, destinadas essencialmente a formação dos clérigos, multiplicavam-se até as zonas rurais; camponeses, colonos, libertos e, até servos dos domínios da Igreja aprendiam ali a ler e escrever e, para serem ordenados, tinham de saber, segundo as prescrições do VII Concílio de Toledo de 653, o saltério, os cânticos, os hinos e o ritual (RUCQUOI, 1995, p. 46-47).

Outro evento que merece destaque é o fenômeno ocorrido entre os reinados de Carlos Magno e seu filho, Luís, o Piedoso, no Reino Franco durante os séculos VIII e IX, posteriormente conhecido como Renascimento Carolíngio. Cabe destacar a relação deste fenômeno com a palavra escrita, que se diferia e assemelhava em muitos aspectos dos destacados na Península Ibérica. No Reino Franco, a estreita relação da Igreja com o Estado, também permitiu, assim como na Península Ibérica, o controle quase que total da palavra escrita pelo corpo eclesiástico, que também buscou a disseminação do cristianismo através dos textos, afinal “[...] o objetivo

---

principal dos letrados carolíngios é o de ler e difundir os textos fundamentais do cristianismo” (BASCHET, 2006, p. 74).

Com este intuito, desenvolvem-se técnicas voltadas a disseminação dos textos, como por exemplo, a adoção de uma escrita superior, assim: “[...] os clérigos carolíngios generalizam o uso da ‘minúscula carolina’, um tipo de letra menor e mais elegante que aquela dos séculos anteriores, o que torna os livros ao mesmo tempo mais manuseáveis e mais legíveis” (BASCHET, 2006, p. 74).

Também cabe ressaltar outras mudanças importantes no corpo do texto que facilitou em muito a leitura e a produção textual, uma vez que: “os escribas passam a ter o hábito de separar as palavras umas das outras, assim como as frases, graças a um sistema de pontuação, ao contrário do sistema antigo, que o ignorava totalmente” (BASCHET, 2006, p. 74-75).

De acordo com o historiador Jêrome Baschêt, estas transformações ajudaram a fomentar um ambiente de intensa produção literária.

Graças a essas modificações e a uma melhor organização dos scriptoria, onde os monges que se dedicam às cópias dos manuscritos trabalham agora em equipes, partilhando entre si as diversas seções de uma mesma obra, a produção de livros aumenta de modo considerável (estima-se que cerca de 50 mil manuscritos foram copiados na Europa no século IX) (BASCHET, 2006, p. 75).

Todas essas modificações puderam garantir uma segurança maior em relação aos conteúdos e permitiram uma padronização litúrgica que foi favorável tanto para o Império Carolíngio, quanto para Roma. No entanto, esses acontecimentos só foram possíveis graças ao aprofundamento do conhecimento do latim. Dessa forma podemos constatar que durante boa parte da Idade Média a escrita esteve envolta por uma espécie de sacralidade, pois se encontrava na posse quase que exclusiva do clero, que por meio de diversas estratégias tentava lhe atribuir este aspecto.

Assim, a estreita relação entre o corpo eclesiástico e a educação foi um dos principais canais pelo qual a Igreja pôde apropriar-se do monopólio da palavra escrita e ditar regras sobre sua produção e acesso. A imposição do latim, por sua vez, foi uma das ferramentas utilizadas para esta finalidade:

A Igreja conseguiu impor o uso exclusivo do latim (a cujo conhecimento não se podia ter acesso sem uma educação que ela mesma controlava) para manter sua hegemonia cultural e tornar indispensável a colaboração de clérigos na administração e na política (FONTANA, 1998, p. 42).

---

Para a imposição do latim surtir efeito, fez-se necessário a oposição declarada as línguas vernáculas, que foram classificadas como sendo inferiores e também carregadas de conotações negativas, inerente das culturas pagãs. Assim, as diferenças entre ambas as formas de expressar-se são ressaltadas, o latim que já havia muito caído no desuso e as línguas utilizadas no dia-a-dia por toda Europa.

A oposição latim/língua vernácula redobra, então, a dualidade *litterati/illitterati*, constitutiva do poder sagrado dos clérigos. Somente estes últimos têm acesso à Bíblia, fundamento da ordem cristã; eles são especialistas incontestáveis da escrita e todos os livros copiados são feitos nos scriptoria dos mosteiros (BASCHET, 2006, p. 181).

Dessa forma, a distância entre o povo e a língua escrita aumentou ainda mais devido à elevação do latim a categoria de língua oficial da Igreja e por consequência sagrada, pois além do enorme índice de analfabetismo, ou seja, a incapacidade de dominar a leitura e a escrita, este aprendizado era ainda mais dificultado pela incompreensão desta língua morta. Cabe ressaltar que em consequência dessas medidas, o clero ocupa o lugar detentor da palavra escrita “a tal ponto que a oposição entre letrados (*litterati*) e iletrados (*illitterati*) recorta exatamente a divisão entre clérigos e leigos” (BASCHET, 2006, p. 181).

No entanto é um grande equívoco pensar que durante toda a Idade Média a educação e as produções textuais controladas pela Igreja tiveram por objetivo apenas a abordagem religiosa. Por volta do século XIII o aparecimento das universidades não é marcado apenas pela força da Igreja, mas também pela influência do poder leigo, já que “[...] a disputa pelo poder entre a realeza e o papado, que reivindicavam o governo da sociedade, influenciou sobremaneira o surgimento das universidades” (OLIVEIRA, 2007, p. 120).

Neste momento de profundas transformações do medieval, deram-se os primeiros passos rumo ao empirismo, que por mais modestos que fossem, são extremamente significantes para a reflexão crítica e o questionamento de uma unidade medieval imutável, além de ajudar a expandir a consciência sobre a grande variedade de temas abordados pelo corpo eclesiástico, “O propósito é chamar a atenção para o fato de que os mestres medievais, especialmente os das universidades, preocupavam-se com o conhecimento empírico” (OLIVEIRA, 2007, p. 116). Mas que em momento algum, deixaram de estar de certa forma, vinculados aos pensamentos religiosos.

Diante disso, ainda no século XIV a escrita é um patrimônio quase que exclusivo da Igreja, que permitia aos laicos apenas um acesso restrito a poucos livros bíblicos. Assim, esta proibição de posse da Bíblia para os laicos, além de supostamente ter como objetivo o combate das heresias, também pode revelar um aspecto interessante sobre a manutenção do monopólio da palavra escrita e o seu significado, o privilégio exclusivo de sua interpretação. Ou seja, por mais que houvesse contato do povo com os textos bíblicos traduzidos, a Igreja ainda era a detentora oficial do seu poder de interpretação.

Vemos que durante a Idade Média a palavra escrita e a produção textual sofreram diversas transformações, além de estarem na posse da Igreja, que de diversas formas garantiu o controle político, ao passo que afastou gradualmente o povo do seio intelectual. Também podemos constatar que mesmo no fim do medievo, quando o povo enfim pôde ter maior contato com as sagradas escrituras e o empirismo ganhava forma, a Igreja investiu no monopólio de sua interpretação.

Dessa forma, considera-se que o medievo, mesmo com todas suas singularidades e mudanças constantes, não constituiu um contexto favorável às camadas populares que pudesse resultar na elaboração de uma crítica a religião, através ou tendo por base a palavra escrita, pois a arte de escrever e suas implicações estavam limitadas ao corpo eclesiástico e foram utilizadas pela própria Igreja como uma ferramenta política de legitimação. Sendo assim, uma análise crítica sobre a postura do clero através de textos era, de certa forma, impraticável.

## **A IMPRENSA E A REFORMA PROTESTANTE**

A elaboração da imprensa, geralmente atribuída a Johannes Gutenberg, surge no século XV no seio do Renascimento, ou seja, num contexto de intensas e constantes mudanças políticas, econômicas e religiosas. Gutenberg não foi o primeiro a propor a impressão de textos, no entanto, “[...] sua ideia de um tipo móvel de metal, que podia juntar-se a outros para formar palavras, frases encadeadas em linhas ordenadas, foi o modelo que obteve maior sucesso, em vista de sua eficiência e economia” (RODRIGUES, 2012, p. 189).

A imprensa começa a tomar forma num contexto de grande agitação, sobretudo no campo intelectual, devido à propagação das ideias humanistas, do qual se pode dizer resultou em certo anseio pelo conhecimento, que não deveria ficar limitado ao campo religioso. Fato significativo e que pode ilustrar bem esta

---

mudança na conjuntura, no que diz respeito ao acesso dos leigos as escrituras sagradas, é a produção do primeiro livro por meio dos tipos móveis a Bíblia de Gutemberg, produzida entre os anos de 1450 e 1455, com 42 linhas por página.

Todas estas particularidades do momento histórico, bem como a economia que os tipos móveis de Gutemberg possibilitaram, ajudaram na disseminação da imprensa por toda Europa, antes mesmo do fim do século XV.

Depois do aparecimento da Bíblia de Gutemberg em 1456, prelos com tipo móvel foram rapidamente montados por toda Europa. Por volta de 1490, a imprensa tinha sido introduzida em todos os países do Ocidente; antes de 1501 já 110 lugares diferentes se orgulhavam de possuir oficinas de impressão, desde Estocolmo e Lubeque a Toledo e Lisboa, de Budapeste e Cracóvia a Oxford (ASTON, 1968, p 69-70).

No entanto, isto não quer dizer que o conhecimento se propagou com a mesma velocidade que a imprensa:

De facto, passou-se um largo período de tempo antes que a imprensa tivesse influência decisiva como meio de revolucionar a informação e o conhecimento – quer o conhecimento sobre fatos recentes quer o conhecimento de factos antigos apreciados à luz de novos factores (ASTON, 1968, p. 70).

Entretanto, a crescente alfabetização aliada à proporção que a imprensa já havia assumido no início do século XVI, foram alguns dos fatores que permitiram que a Reforma religiosa de 1517 encabeçada por Martinho Lutero obtivesse êxito.

Nessa discussão, não se pode esquecer da imprensa de tipos móveis, que havia sido criada por Gutemberg, por volta de 1450, na Alemanha. Aperfeiçoada, a imprensa era um meio de fazer circular as idéias rapidamente, o que facilitou a divulgação das idéias reformistas. Will Durant, autor de A Reforma, chega a afirmar que “Gutemberg tornou Lutero possível” (KLUG, 1998, p. 22).

A imprensa então assume o papel de ferramenta política e sua produção atinge uma larga escala. Mas para se atingir as camadas populares, o público alvo em questão, a imprensa foi utilizada de maneira simples, com o intuito de que se fizesse entender. Ainda mais, tendo em vista que o índice de analfabetismo no século XVI continuava altíssimo, apelou-se para a utilização sem pudor do jogo visual, ou seja, as imagens e suas inúmeras possibilidades. Dessa forma a produção de folhetos com gravuras satíricas ou não, disparou de maneira nunca vista até então.

Sendo assim, a maioria das gravuras que circulavam além de serem de fácil entendimento, também denunciavam a postura imoral do clero, principalmente do alto clero, constantemente. Sobre a intensa produção impressa neste contexto e a

forma com que foi utilizada nos campos de disputas político e religioso, o historiador inglês Peter Burke salienta:

Nos anos 1520, publicaram-se muitos panfletos para convencer o povo simples de que Lutero estava certo, ou errado, e as gravuras satíricas levavam as mensagens aos lares. O próprio Lutero tinha clara consciência do valor propagandístico da gravura impressa. “Em todas as paredes (escreveu certa vez), em todos os tipos de papel e baralhos, os padres e monges devem ser retratados de tal forma que o povo sinta repugnância ao ver ou ouvir falar do clero” (BURKE, 1989, p. 281).

Podemos ver que todo este clima de denúncias e questionamentos que a Reforma encabeçou não se limitou ao campo religioso, “Na Alemanha, o debate sobre a Reforma extinguiu-se em meados do século XVI, mas suas conseqüências para a cultura popular continuaram a se fazer sentir em outros lugares” (BURKE, 1989, p. 282). Ou seja, a recepção desses ideais pelas camadas populares, além de disseminarem-se por todo o continente europeu, possibilitou também que houvesse uma série de projeções nas discussões políticas por várias partes da Europa, mesmo após o esfriamento da querela causada pela Reforma. Diante deste contexto no qual o campo político e o religioso estão intimamente relacionados e confundem-se, o historiador Peter Burke nos oferece alguns exemplos bem ilustrativos:

Nos Países Baixos, a Liga da Nobreza, descartada desdenhosamente como “aqueles mendigos”, adotou o nome e apresentou uma espécie de peça política, um banquete onde eles carregavam cuias de mendigos. Nas ruas da Antuérpia e Bruxelas, “vivam os mendigos” (vive les Geus) virou um clamor popular. Logo começaram a circular canções de mendigos em folhetos, denunciando o rei Filipe e seu governador, o duque de Alba, como tiranos e o papa como Anticristo, comentando os acontecimentos correntes da guerra que se seguiu, incluindo a captura de Brielle, o cerco e os reforços de Leiden e o assassinato do líder rebelde, Guilherme, o Silencioso. Essas canções foram acompanhadas de por panfletos, gravuras, medalhas e emblemas, como o quarto crescente com a inscrição liever Turcx das Paus, “antes os turcos do que o papa” (BURKE, 1989, p. 282).

E continua elucidando a forma como as gravuras foram utilizadas enquanto ferramentas políticas, neste momento de intensas disputas políticas e religiosas:

Também na França as canções e gravuras deram ao povo comum uma maior consciência sobre as questões em jogo na guerra civil, um conflito triplo entre os huguenotes militantes, os católicos militantes organizados na Liga Católica e um grupo de centro apoiado por Catarina de Medici e seu filho Henrique III. Como os mendigos os huguenotes fizeram canções e gravuras em apoio à sua causa, como a estampa de *Le Renversement de la Grand Marmite*, onde a panela virada é a Igreja de Roma, da qual caem cardeais, bispos, etc. A Liga Católica revidou com estampas que mostravam os huguenotes como macacos e Henrique III como diabo ou hermafrodita. (BURKE, 1989, p. 282).



É inegável que por meio da imprensa a Reforma pôde de imediato atacar as práticas católicas reprováveis em sua perspectiva, denunciando incansavelmente a imoralidade, principalmente a do alto clero, e que a grande circularidade destes trabalhos impressos juntamente com a simplicidade de seus textos e gravuras geralmente satíricas, ajudou a fomentar um ambiente de intensa propagação das ideias reformadoras junto às classes mais desfavorecidas economicamente, ou seja, o povo.

O que convém salientar são as modificações que a invenção da imprensa de tipos móveis, enquanto fruto de um contexto de intensas mudanças, possibilitou fomentar a partir da impressão da palavra escrita e o leque de possibilidades que derivou dela. Se há poucos séculos a escrita e suas variações estavam limitadas a esfera privilegiada do campo religioso, neste momento ao aliar-se com a imprensa ela permite aos laicos a formulação de críticas ao próprio clero, e a propagação dessas ideias entre as camadas populares mais humildes, inaugurando uma nova forma de instruir politicamente possibilitando o questionamento, ou seja, o aprofundamento da crítica popular ao clero nos mais variados pontos da Europa.

### **OS EFEITOS SOBRE A CRÍTICA POPULAR**

Pensar o contato do povo com a palavra impressa, que foi possível devido uma série de fatores entre os quais o surgimento da imprensa aparece num lugar de destaque, nos leva a refletir sobre este processo. Assim, analisando até que ponto a população no geral realmente pôde ser influenciada pelo conteúdo produzido através da imprensa e a maneira em que entravam em contato com estes textos.

Assim, cabe ressaltar que entre as camadas populares da Europa deste período o analfabetismo predominava. Diante deste panorama a historiadora norte-americana Natalie Zemon Davis utiliza um exemplo para elucidá-lo e enfatiza:

A alfabetização no mundo rural manteve-se baixa durante o século XVI. Entre as mulheres, virtualmente nenhuma conhecia o ABC, nem mesmo as parteiras. Quanto aos homens, um levantamento sistemático feito por Emanuel Le Roy Ladurie em alguns lugares do Languedoc entre 1570 e 1590 mostra que três por cento dos trabalhadores agrícolas e apenas dez por cento dos camponeses mais bem situados – os *laboureurs* e os *fermiers* – podiam assinar seu nome (DAVIS, 1990, p. 161).

A reflexão então se direciona para o significado impreciso da capacidade de assinar o próprio nome entre a camada popular, para esclarecer este fato Natalie Zemon Davis traz a seguinte nota explicativa:

---

É claro que as estimativas feitas sobre a capacidade de leitura baseadas na capacidade de assinar o próprio nome são aproximadas. Pode-se aprender a ler sem aprender a escrever, e vice-versa. Não obstante, ambas as habilidades eram mais comumente ensinadas juntas no século XVI (DAVIS, 1990, p. 161).

Vemos que a alfabetização neste momento era baixíssima, sobretudo no ambiente camponês. Então se faz necessário a compreensão do limitado contato do povo com a imprensa. Sobre a chegada da imprensa no ambiente camponês francês, a historiadora Natalie Zemon Davis destaca o importante papel do *veillée*, que pode nos ajudar a compreender os detalhes deste processo, cuja incidência se deu em várias partes da Europa concomitantemente.

A instituição social importante nessa chegada foi a *veillée*, uma reunião da comunidade da aldeia ao cair da tarde, feita especialmente durante os meses de inverno, do dia de Todos os Santos até a Quarta-Feira de Cinzas. Aí, à luz de velas, consertavam-se as ferramentas, fiava-se, os solteiros namoravam, as pessoas cantavam e alguns homens e mulheres contavam histórias – a de Mélusine, a fabulosa mulher serpente e seu marido e filhos violentos; a da moça que escapou do incesto para o palácio do rei vestida numa pele de asno; da raposa e outros animais aventureiros. Aí, se algum dos homens fosse alfabetizado e tivesse livros, ele podia ler em voz alta (DAVIS, 1990, p. 166).

Para ocorrência dessas reuniões, além do importante papel da tradição oral, não se pode negligenciar a intensa atividade dos vendedores ambulantes de livros neste período, seguida pela baixa dos preços de diversas obras. Dessas reuniões podemos deduzir que o contato do povo com o texto impresso além de realmente existir, ajudava a fomentar um ambiente de interpretações próprias e variadas que eram certamente influenciadas pelas discussões religiosas e políticas que chegavam a estas aldeias.

Vemos então o surgimento de uma espécie de perca de pudor no que tange a abordagem de questões religiosas, que teve início já no século XV com suas transformações no campo intelectual.

As oportunidades de uma educação secular aumentavam enormemente não só a criação de maior número de Universidades e a multiplicação de livros, mas também através de escolas e bibliotecas públicas, tais como as bibliotecas municipais de Leipzig, Hamburgo e Fracforte. Os que podiam ler ou tinham acesso ao mundo do livro sentiam-se mais aptos para argumentar com seus superiores eclesiásticos em pé de igualdade ou, até, em tom de superioridade (ASTON, 1968, p. 130).

Esta ideia que surgiu nas grandes cidades influenciadas pelas descobertas do Renascimento do século XV, no qual o surgimento da imprensa tem papel primordial, chega aos campos no século XVI, e além de alimentar o imaginário do povo, proporcionam o aprofundamento da crítica ao clero. Vamos analisar então a

crítica do povo em si. Mais uma vez a historiadora Natalie Zemon Davis nos traz um exemplo esclarecedor do século XVI, desta vez sobre a formulação da crítica ao clero e a relação com os livros.

[...] em Cambrai, uma tecelã de linho explica a seus juizes o papel do livro em sua vida: “fui levada ao conhecimento dos Evangelhos por... meu vizinho, que tinha uma Bíblia impressa em Lyon e que me ensinou a recitar os salmos... Nós costumávamos caminhar pelos campos aos domingos e dias de festa, conversando sobre as Escrituras e os abusos dos padres” (DAVIS, 1990, p. 157).

Apenas com este pequeno trecho de depoimento, podemos ter ideia das formulações destas críticas populares ao clero. O primeiro detalhe que nos chama a atenção é o fato de se tratar de uma mulher, o segundo é a posse da Bíblia pelo vizinho e o terceiro é o que esta posse possibilitou: a crítica à postura abusiva dos padres. Outro exemplo que pode ajudar a estabelecer as relações entre a imprensa e a emergência deste senso crítico é o famoso caso do moleiro italiano Domenico Scandella, mais conhecido como Menocchio, que foi trazido a público e amplamente explorado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg.

Os processos inquisitoriais de Menocchio que terminaram em execução são ricamente detalhados, sendo assim, podem nos fornecer um panorama sobre a forma com que a crítica ao clero por parte do povo no século XVI se deu. Durante o primeiro processo os inquisidores extraíram do moleiro a informação de que possuía sete livros, já no segundo processo mais quatro livros surgem. Através desta lista de livros pode-se considerar o fato de que no século XVI um moleiro ter o poder de compra de livros, a articulação da leitura entre seus pares, pois algumas destas obras foram emprestadas por vizinhos, e a capacidade de leitura em si, seguida de um número significativo de obras compreendidas.

Dentre estes livros convém destacar a Bíblia em língua vulgar, além de obras que abordavam os Evangelhos como o *Il Fioretto dela Biblia*.<sup>3</sup> Devido ao acesso a essas obras, seguido de debates entre os vizinhos, surge à crítica ao clero e as escrituras que foram registradas pela a Inquisição através dos interrogatórios:

É verdade, eu disse que, se não tivesse medo da justiça, falaria tanto que iria surpreender; e disse que se me fosse permitida a graça de falar diante do papa, de um rei ou príncipe que me ouvisse, diria muitas coisas e se depois me matassem, não me incomodaria (GINZBURG, 2006, p. 40).

---

<sup>3</sup> Para as listas de livros lidos por Menocchio presentes no primeiro e no segundo processo, ver Ginzburg (2006, p. 67-8).

---

Mais uma vez podemos ver a perca do pudor em falar com autoridades, manifestada pelo povo com base na leitura de alguns livros. Agora vamos ao conteúdo desta conversa que segundo Menocchio, gostaria de estabelecer com papas, reis ou príncipes: “[...] falar latim é uma traição aos pobres. Nas discussões os homens pobres não sabem o que se está dizendo e são enganados. Se quiserem dizer quatro palavras, têm que ter um advogado” (GINZBURG, 2006, p. 41). Ou ainda: “E me parece que na nossa lei o papa, os cardeais, os padres são tão grandes e ricos, que tudo pertence à Igreja e aos padres. Eles arruínam os pobres. Se têm dois campos arrendados, esses são da Igreja, de tal bispo ou de tal cardeal” (GINZBURG, 2006, p. 41).

Além do questionamento da postura dos clérigos, Menocchio também se permite questionar as Escrituras: “Acho que a Sagrada Escritura tenha sido dada por Deus, mas, em seguida, foi adaptada pelos homens. Bastariam só quatro palavras para a Sagrada Escritura, mas é como os livros de batalha, que vão crescendo” (GINZBURG, 2006, p. 44).

Vemos através destes relatos advindos das camadas populares do século XVI o aprofundamento da crítica popular ao clero, e que sua estrutura teve por base a influência dos letrados e o contato com livros e panfletos, ou seja, frutos da imprensa. Bem como foi influenciada pelas querelas políticas e religiosas da Reforma, que ao chegarem ao campo também serviram de estopim e alimentaram este senso crítico popular que foi imediatamente direcionado ao clero.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De forma abreviada vimos que o aprofundamento da crítica popular ao clero dependeu de uma série de fatores. Se durante a Idade Média a escrita esteve restrita ao âmbito religioso, por mais que este período tenha sido plural e dinâmico, com o advento do Renascimento a imprensa enfim entra em cena e permite que a palavra escrita saia do monopólio religioso e que os laicos tenham acesso a ela, devido ao aumento do fluxo de livros bem como a baixa dos preços.

No entanto cabe lembrar que este momento de ascensão da imprensa coincide com as disputas políticas e religiosas da Reforma e que esta serviu de ferramenta de propagação de ideias utilizadas tanto pela Igreja quanto pelos reformadores. Esta perca de pudor no que tange a abordagem de temas religiosos

que antes cabia exclusivamente a Igreja, se propaga nos grandes centros e durante o século XVI já é possível perceber sua influência nos campos.

Assim, mesmo com o analfabetismo imperando por toda Europa o povo pôde ter acesso ao livro impresso e os temas religiosos acompanhados por críticas que muitas vezes estes continham. Este contato normalmente se dava com base na oralidade, ou seja, ao escutarem um alfabetizado em sua leitura, ou mesmo lendo, apesar de na maioria das vezes possuírem uma educação frágil. Mas o que nos convém ressaltar é que o contato do povo com a palavra impressa existiu, mesmo que de forma tímida e que este foi essencial para o aprofundamento das críticas voltadas aos abusos do clero, que contrastavam de maneira gritante com as difíceis condições de vida dos menos favorecidos economicamente, sendo estes tanto habitantes do meio rural, quanto das cidades.

## REFERÊNCIAS

ASTON, Margaret. *O Século XV*. Lisboa: Editorial Verbo, 1968.

BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal - Do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França da era moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KLUG, João. *Lutero e a Reforma Religiosa*. São Paulo: FTD, 1998.

OLIVEIRA, Terezinha. Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional. *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 23, n.37, p.113-129, jan./jun. 2007.

RODRIGUES, Marcos Henrique Camargo. Gutenberg e o letramento do ocidente. *Revista Educação e Linguagens*. Campo Mourão, vol. 1, n.1, ago./dez. 2012.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

Recebido em: 03/04/2018 - Aprovado em: 24/07/2018